

ANEXO V - DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO

TC 000.903/2016-7

Autuado o presente processo de cobrança executiva, organizada a documentação a ser encaminhada ao órgão/entidade executor, e promovido o registro no Cadastro de Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares – Cadirreg, de que trata o art. 1º, §3º, da Resolução - TCU 241/2011, encaminhem-se os autos ao Ministério Público junto ao Tribunal, via Adgecex/Scbex, para os fins previstos no art. 81, inciso III, da Lei 8.443/1992.

Responsável	Data do trânsito em julgado (individualizada)	Acórdão
Abelardo da Silva Oliveira Junior	10/1/2015	• 4441/2014 – TCU – Segunda Câmara (condenatório); • 6886/2014 -TCU- Segunda Câmara (retificador); • 9575/2015 - TCU- Segunda Câmara (recurso de reconsideração).

2. Informo que foi interposto Recurso de Reconsideração pelo Sr. Luiz Carlos Pinheiro Borges (CPF 388.588.272-87), contra o Acórdão 4.441/2014-TCU-2ª Câmara. O referido recurso foi conhecido com efeito suspensivo em relação aos itens 9.1, 9.2, 9.6 e 9.7 do acórdão recorrido, somente em relação ao recorrente, nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 285 do Regimento Interno do TCU, sendo apreciado pelo Acórdão 9575/2015-TCU- Segunda Câmara, em Sessão de 27/10/2015, onde decidiu o tribunal em conhecer do presente recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento, de modo a manter inalterado o acórdão recorrido.

3. Esclareço que o Sr. Jamil Gomes de Souza (CPF n.º 124.023.461-91) encontra-se realizando o recolhimento parcelado da multa cominada, por meio de guia de recolhimento da união (GRU), e, por este motivo, não foi atuado processo de cobrança executiva para a referida dívida.

4. Por fim, informo que compete à Advocacia-Geral da União/Procuradoria-Geral da União (AGU/PGU) promover o lançamento dos registros pertinentes no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), conforme disposto no art. 2º da Decisão Normativa-TCU 126, de 10/4/2013. Assim, proponho ao MP/TCU que insira no ofício de encaminhamento da documentação à AGU o alerta quanto à necessidade de se fazer os registros cabíveis no Cadin.

Secex-AP, 25 de janeiro de 2016.

(assinado eletronicamente)
EDILSON GUEDES DE ALMEIDA
Secretário